



Água é abundante no país, mas escassa nas torneiras

Síntese: *Mais da metade dos municípios do país pode enfrentar problemas de falta d'água até 2015. O avanço recente nos índices de abastecimento foi muito tímido: 36 milhões de brasileiros continuam sem ter acesso à água tratada. O PAC passou longe de representar uma solução e os desembolsos da União foram pífios para um setor que demanda R\$ 252 bilhões para ter seus serviços universalizados. As companhias estaduais estão em frangalhos, as liberações de recursos do Orçamento são erráticas, os projetos não são integrados nem sistêmicos. O desperdício é evidente. Falta uma política articulada a partir do governo federal para dar conta do desafio da universalização.*

Desde que, em 1992, se realizou no Rio de Janeiro a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o dia 22 de março passou a ser devotado a celebrar a água em todo o mundo. É sintomático que tenha se tornado necessário chamar atenção para um bem tão presente em nossas vidas. Mas a realidade é que a escassez e o mau uso da água são cada vez mais notáveis. O Brasil, embora detenha 12% das reservas potáveis do planeta, também enfrenta problemas graves de abastecimento.

Há alguns dias, a Agência Nacional de Águas (ANA) divulgou estudo segundo o qual 55% dos municípios brasileiros podem deparar-se com a ameaça de falta d'água num curtíssimo horizonte de tempo. Em 3.027 das nossas cidades, o problema pode surgir já em 2015. Nelas vivem 125 milhões de pessoas ou 71% da população urbana do país. Para afastar o risco, seria necessário investir R\$ 70 bilhões no médio prazo, sendo R\$ 22,2 bilhões em sistemas de água propriamente ditos e R\$ 47,8 bilhões em esgotamento sanitário.

A situação é particularmente grave no Nordeste. Na região, nada menos que 82% da população corre risco de não ter água na torneira daqui a quatro anos. Como um todo, os sistemas de produção de água existentes no país já estão no limite da sua capacidade. Apenas 52 milhões de brasileiros têm abastecimento garantido até 2015, segundo a ANA.

Atraso vergonhoso

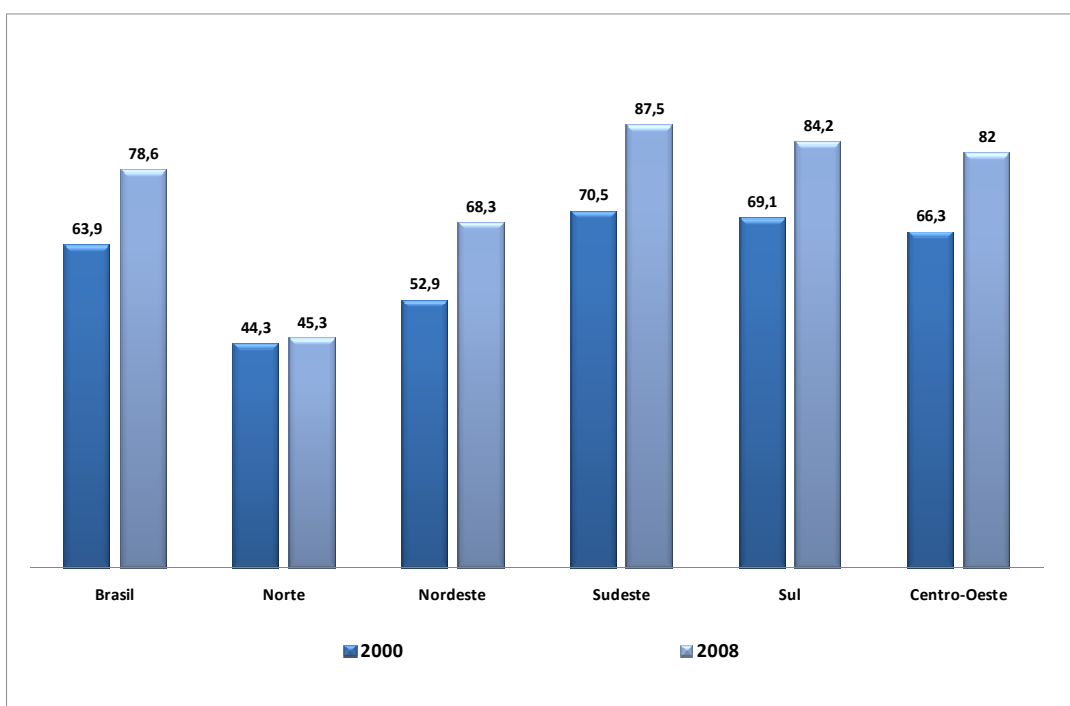
Saneamento básico é uma das áreas em que o Brasil continua mais atrasado. O país aparece na incômoda companhia de nações de menor desenvolvimento, na rabeira dos rankings globais. A mais recente Pnad demonstra que a evolução dos índices de cobertura foi ínfima nos últimos anos. O universo de domicílios atendidos com rede de água no país passou de 82% em 2004 para 84% em 2009. Isso significa que 36 milhões de brasileiros continuam sem ter acesso à água tratada.

Esta triste realidade não foi sequer tisonada pelas ações federais empreendidas nos últimos anos, a despeito de todo o marketing que as cercou e continua a cercar. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) reservou R\$ 40 bilhões para investimento em saneamento entre 2007 e 2010. Mas a maior parte dos recursos referia-se a empréstimos e financiamentos, não a repasses.

Ainda assim, o total de desembolsos ficou muito aquém do necessário. Considerando todas as ações federais de saneamento básico, R\$ 14,3 bilhões foram efetivamente gastos pela União nos últimos quatro anos. Quando se considera todo o período do governo Lula, o valor sobe para R\$ 17,5 bilhões, com a irrisória média de R\$ 2,2 bilhões ao ano.

O Instituto Trata Brasil realiza acompanhamento sistemático das obras do PAC. O mais recente contém dados compilados até janeiro último. De uma lista de 119 obras de saneamento previstas pelo programa em municípios com mais de 500 mil habitantes, 33 estavam paralisadas, 23 atrasadas e 14 sequer haviam começado. Ou seja, pelo menos 60% da carteira do PAC para o setor apresenta problemas. Passados quatro anos desde o lançamento do programa, apenas 35 empreendimentos tinham andamento normal e somente quatro haviam sido concluídos.

Domicílios abastecidos com rede de água (em %)



Fonte: IBGE / Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008

Concessionárias quebradas

É imensa a distância entre os desafios da universalização dos serviços e a timidez dos esforços empreendidos pelo poder público para alcançá-la. Só a demanda por água deve crescer 28% nos próximos 15 anos. Mas, no ritmo atual, o Brasil demorará mais 50 anos para levar redes de abastecimento, além de coleta e tratamento de esgoto, a todos os lares do país. O investimento necessário para tanto alcança R\$ 252 bilhões.

Estabelece a Constituição de 1988 que a responsabilidade pela prestação de serviços de saneamento no Brasil é dos municípios – no caso das regiões metropolitanas, ainda discute-se se a atribuição pode ser compartilhada com os estados. Este é um segmento ainda muito pouco aberto à participação privada no Brasil: 69% dos municípios são servidos por companhias públicas estaduais, 27% por empresas públicas municipais e apenas 4% por prestadoras privadas.

Ocorre que a maior parte das companhias públicas de saneamento não exhibe condições administrativas e financeiras mínimas para fazer frente ao desafio da prestação de melhores serviços. Das 26 concessionárias estaduais existentes no país, somente sete dão conta do recado. A maior parte é deficitária, não tem dinheiro para investir e convive com imensos ralos, que drenam não apenas recursos como a própria água que deveriam fornecer.

Aproveitar melhor este escasso recurso natural é, aliás, uma das prementes necessidades em todo o mundo. No Brasil, os índices de perda são altíssimos e oscilam em torno de 40% na média nacional. Além de atacar o desperdício, torna-se imperativo reutilizar a água, principalmente em processos industriais, e adotar hábitos de consumo consciente: o brasileiro consome em média o dobro do recomendado pela ONU.

Política errática

O PAC 2 prevê mais R\$ 45 bilhões para obras de saneamento até 2014. Como a maior parte da primeira fase do programa mal saiu do papel, a segunda possivelmente não passará de uma lista de boas intenções. Até o governo federal admite que não está conseguindo obter mais projetos para financiar – isto num país em que 137 milhões de pessoas ainda não são servidas por redes de esgotamento sanitário...

Como o volume de investimento exigido é imenso, a realização de parcerias público-privadas poderia ser uma boa vertente a ser explorada. Mas o país não dispõe sequer de um marco institucional que incentive a entrada de mais capital privado no setor. A lei que disciplinou a prestação dos serviços de saneamento no país data de 2007 e só foi regulamentada no ano passado. Continua faltando estabelecer diretrizes que definam metas e recursos capazes de permitir a expansão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário.

Hoje, o que ainda prevalece é a ausência de uma política articulada a partir do governo federal que envolva estados e municípios no desafio da universalização. Como as companhias públicas estão em frangalhos, o setor depende de liberações esporádicas da União. Os projetos não são integrados, nem sistêmicos. O desperdício de dinheiro é evidente, em prejuízo da população, que continua sem receber o saneamento básico que precisa.

É urgente a definição de uma política de financiamento que assegure e direcione recursos compatíveis com a realização integral das obras necessárias, sem fragmentá-las. Uma estratégia atrelada a critérios claros e objetivos de eficiência, que exija das empresas beneficiárias bons projetos, boa gestão e boas práticas. Passados oito anos de governo petista, o que deveria ser direito básico do cidadão ainda não passa de um sonho distante.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA - www.itv.org.br

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70.165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . itv@itv.org.br